



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

“Acolhimento e transformação”



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
1.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO	5
1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
2. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR	7
2.1 DESCRIÇÃO HISTÓRICA	7
2.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	8
3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE	9
3.1 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS DA COMUNIDADE	9
4. FUNÇÃO SOCIAL	10
5. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR	11
6. PRINCÍPIOS	11
7. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS	11
7.1 OBJETIVOS GERAIS	11
7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
8. FUNDAMENTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS	12
8.1 PSICOLOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	12
8.2 PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	13
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	13
9.1 MATRIZ CURRICULAR	13
10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	15
11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	20
11.1 CONSELHO DE CLASSE	22
12. PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	24
13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS	29
13.1 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	29
13.2 CONSELHO ESCOLAR	30
13.3 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	31
13.4 SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM	38
13.5 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS	42
13.6 CULTURA DE PAZ	43



13.7 SALA DE RECURSOS	43
14. PROJETOS E EVENTOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR	44
15. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA	49
15.1 GESTÃO FINANCEIRA-ADMINISTRATIVA	50
16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51



1. APRESENTAÇÃO

Discute-se muito sobre a qualidade da educação, porém muitas vezes a questão da qualidade se limita à teoria. A busca por essa qualidade é a bandeira do Centro de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek. Em uma concepção democrática discutimos e definimos a escola que temos e a escola que queremos. Elegemos ações pedagógicas como prioridade a fim de garantir um ensino mais eficaz.

A educação escolar em parceria com a educação familiar são responsáveis por criar condições fundamentais para que o educando desenvolva suas capacidades e aprenda os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e para participar de relações sociais cada vez mais amplas e diversificadas para o exercício da cidadania.

Mesmo com inúmeros problemas, principalmente físicos, pois trabalhamos em uma escola com uma estrutura extremamente precária e que há anos aguarda por uma reforma, desejamos o sucesso escolar através de um processo educacional que é antes de tudo humanizado. A afetividade é um o nosso ponto forte, fazemos da nossa escola um ambiente onde toda a comunidade gosta de estar. Buscamos no cotidiano saber quem são nossos alunos e as necessidades que eles têm.

O nosso atual desafio é garantir o sucesso escolar diminuindo o número de reprovação e formando alunos letrados, portanto buscaremos práticas pedagógicas capazes de levar a escola a alcançar seus objetivos.

O Projeto Político Pedagógico do CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKEK é uma proposta adequada às necessidades do corpo docente e discente da instituição. Tem como objetivo geral desenvolver o aluno a partir de uma formação humanista com uma visão crítica do papel político social no meio em que vive. Para tanto, a Escola compromete-se com a formação da criança como futuro cidadão e partindo de um princípio diagnóstico, apresenta uma visão transformadora e busca adotar medidas para melhorar o resultado dos alunos frente a seus níveis de aprendizagem. Vivência escolar, social e familiar foram aspectos básicos avaliados e como está previsto na LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394/96) no Art. 12, inciso I,

"que todos os estabelecimentos de ensino, deverão elaborar e executar sua proposta pedagógica, definindo assim como uma das principais tarefas da escola, o trabalho de refletir sobre a prática educativa e o pleno desenvolvimento dos alunos." A construção do Projeto Político Pedagógico é um processo dinâmico e permanente,

continuamente novos membros se incorporam ao grupo gerando a reorganização da instituição, para o bom andamento do trabalho escolar.

As modalidades de ensino oferecidas pela escola, assim como as partes envolvidas no processo, precisam de atenção contínua para que as ações propostas não fiquem ultrapassadas visto que as mudanças são diárias. O trabalho a ser desenvolvido pela escola no decorrer do ano letivo, é definido com a participação de todos os membros desde o planejamento até a realização das ações estabelecidas.

Esse modelo de Gestão Democrática é como afirma Alarcão,

"um modelo organizacional em que todos e cada um se sente pessoa. Eser pessoa é ter papel, ter voz e ser responsável. Um modelo em que cada um se considera efetivamente presente ou representado nos órgãos de decisão. É em que há capacidade real de negociação e de diálogo capaz de ultrapassar as dicotomias entre o eu e o nós, entre os administrativos e os professores, entre os professores e os alunos, entre os pais e os professores, entre a decisão casuística e a decisão determinada por princípios gerais, e entre aquilo a que Barroso (1992) chama a dicotomia entre a lógica do desejo e a lógica de ação, (ALARCÃO, 2003, p.93)."

O trabalho da escola como um todo, seja administrativo, seja pedagógico, visa unificar as partes, para que o trabalho realizado em conjunto contribua para resultados mais satisfatórios para toda a comunidade escolar. Contribuindo para formação de uma sociedade democrática e não apenas para a implementação passiva das diretrizes educacionais, para preparar os alunos, não só para executarem ordens ou para formar meros profissionais, mas formar cidadãos que expressem e transformem a sociedade que fazem parte, sendo participativos, reflexivos e autônomos, conhecedores dos seus direitos e deveres.

1.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Esta Proposta Pedagógica foi elaborada contando com a participação de todos os elementos da comunidade escolar, a fim de contribuir para a melhoria e o desenvolvimento de uma educação de qualidade, com potencialidades físicas, mental e intelectual, buscando através da democracia a participação de todos os segmentos envolvidos, traçando em um curto, médio e longo prazo, as ações que constantemente avaliadas e aperfeiçoadas, atenderão as necessidades dos alunos e da comunidade escolar. O que nos motiva é a aprendizagem, a formação de alunos no mundo informatizado, digital e dinâmico. Os valores da escola estão centralizados na participação de todos, pois acreditamos que o trabalho em equipe contribui para o sucesso de todos.



1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Unidade Escolar

Centro de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek

Endereço

BR 020 Módulo 7 Lotes 17 a 26 Condomínio Mestre D'Armas

CEP 73403-321

Telefone

(61) 3901-8239 / 3901-8240

e-mail

cefjk.planaltina@edu.se.df.gov.br

Diretor Escolar

Andri José Gomes da Silva Sousa

Vice Diretora

Aretuza Pires Maciel

Supervisores Diurno

Keilliane de Almeida Ricardo Bernardes

Supervisores Noturno

Arielle Pires Maciel

Secretário Escolar

Eduardo Rodrigues da Silva

Auxiliar de Secretaria

Maria Dilma Alves dos Santos Marins

Pedagoga

Maria Rosa dos Santos Martins

Orientadora Educacional

Ana Nélia Alves Ferreira

Horário de Funcionamento

Trata-se de uma Unidade de Ensino que atende a Comunidade local nos dois turnos - Diurno e Noturno - e em três períodos de regência, conforme abaixo relacionado.

Matutino: das 07h15min às 12h15min



Vespertino: das 12h45min às 17h45min

Noturno: das 19h às 22h45min

Modalidades de ensino ofertadas

Educação Infantil

2º período - Matutino e Vespertino.

Ensino Fundamental

Anos Iniciais: 2º Ciclo - 1º Bloco (1º ao 3º ano) e 2º Bloco (4º e 5º ano) - Matutino e Vespertino.

Educação de Jovens e Adultos

1º Segmento - (1ª a 4ª Etapa) - Noturno 2º Segmento - (5ª a 8ª Etapa) - Noturno

2. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

2.1 DESCRIÇÃO HISTÓRICA

O Centro de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek é pertencente a Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, região Administrativa do Distrito Federal, situando-se no Condomínio Mestre

D'Armas, BR 020, Módulo 7, lotes 17 a 25; tendo como ato normativo de criação a Resolução nº 4951, de 24/12/1994, embora já existisse desde 1990, como Escola Classe Condomínio Mestre D'Armas. Vale ressaltar, que o espaço onde a escola está construída resultou de uma doação promovida pela comunidade.

A escola foi inaugurada em 19/06/1991 com o nome de Escola Classe Condomínio Mestre D'Armas e que posteriormente foi alterado sua designação para CEF JK.

Atende a uma clientela de aproximadamente 715 (setecentos e quinze) alunos no diurno, e 153 (cento e cinquenta e três) alunos no noturno. Oferecendo as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Séries Iniciais, em dois turnos de funcionamento: matutino e vespertino; Educação de Jovens e Adultos - Primeiro e Segundo Segmento do Ensino Fundamental no noturno. A Educação de Jovens e Adultos atende estudantes nas mais diversas faixas etárias a partir de 15 anos. Apresentam diversidade tanto na questão econômica, com histórias de vida distintas, apresentando conflitos, expectativas e necessidades específicas. Apresentam renda salarial entre um e dois salários mínimos, sendo que a maioria trabalha no comércio local.

A clientela atendida pela escola no turno diurno está distribuída em 30 (trinta) turmas, sendo 5 (cinco) delas de integração inversa e 7 (sete) turmas no noturno.

2.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

ESTRUTURA PREDIAL	RECURSOS DIDÁTICOS
15 salas de aulas	03 projetores de data-show
Sala Multimídia	02 computadores na secretaria
Sala de vídeo	03 computadores na direção
Sala de Recursos	02 computadores na sala de professores com impressora
Sala de professores	03 aparelhos de TV
Sala da reprografia	01 aparelhos de DVD
Diretoria	05 Aparelhos de som portátil com CD
Cantina	03 Caixas amplificadas
Secretaria	Acervo literário
Banheiros de funcionários	Jogos pedagógicos
Banheiro de alunos (masculino e feminino)	Guilhotina
Quadra de esportes poliesportiva coberta	Mapas geográficos
Pátio coberto	Microfones
	01 Máquina duplicadora
	Máquina fotográfica
	Material de Educação Física (bolas, corda)

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Nos últimos anos o bairro recebeu rede de esgoto e asfalto, resultando na melhoria do acesso à escola, onde até então, apresentava-se extremamente precário. Entretanto, apesar dos investimentos no bairro, por parte do estado, é fato que o GDF ainda negligencia sua prática no que diz respeito ao Projeto Estrutural desta Unidade de Ensino, pois há aproximadamente 30 anos a comunidade espera pela reconstrução do prédio que se encontra em condições precárias e oferecendo riscos a integridade física da clientela. Segundo a Secretaria de Educação a escola está na lista de prioridades de reconstrução, ressaltando que a atual gestão, por reiteradas vezes solicitou emergência na ação de reconstrução, bem como, reforma do prédio, especialmente nas redes hidráulica e elétrica, esta mostrando-se ano a ano uma tragédia anunciada. Com o advento dos repasses de Emendas Parlamentares por parte de alguns Deputados Distritais foi possível realizar pequenos e importantes reparos nas estruturas prediais, inclusive iniciando a reforma de toda rede elétrica desta Unidade de Ensino.

A escola busca promover um trabalho com a comunidade, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, calcada nos valores familiares, sociais e ambientais.

A Unidade de Ensino caracteriza-se por promover junto à comunidade escolar, eventos com intuito de fortalecer a participação voluntária. Nesse sentido, já foram realizadas na escola diversas atividades, que, sem a ajuda da comunidade, não seriam possíveis. Nessa perspectiva de vivência compartilhada, a escola disponibilizava seus espaços físicos para que a comunidade pudesse praticar esportes, reuniões, cursos, palestras e outras atividades.

3.1 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS DA COMUNIDADE

O CEF JK atende a uma comunidade, na maioria carente, onde muitos pais não possuem ocupação funcional, sobrevivendo do trabalho autônomo. Observações levaram a percepção de núcleos familiares ausentes de uma uniformização e, comumente são encontradas uma ou mais famílias ocupando o mesmo lote ou a mesma casa. Bem como, uma grande rotatividade de alunos que entram e saem da escola, pois muitos são oriundos do estado vizinho (GO) e a falta de estabilidade ocupacional dos arrimos de famílias acaba por provocar relevante efeito no ambiente escolar, colaborando para os consideráveis índices de transferência e evasão. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal, apresentado pela CODEPLAN,

Planaltina se encontra na 14ª posição quanto a Dimensão de Renda e Trabalho, de um total de 33 cidades.

Apesar dos índices de violência registrados, inerentes ao Bairro, são raras as ocorrências no ambiente escolar, uma demonstração clara do trabalho promovido pela equipe de servidores, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e respeito ao próximo, tem promovido resultados positivos e contribuído para o desenvolvimento social da comunidade atendida.

Durante os planejamentos promovidos com a Comunidade Escolar puderam-se identificar as barreiras que dificultam as ações pedagógicas e que ainda precisam ser transpostas para o êxito do processo de ensino para as aprendizagens. Cabendo destacar:

- Falta de motivação para os estudos continuados;
- Ausência do material pedagógico de uso individual, necessário para o desenvolvimento das atividades em sala de aula;
- Descontinuidade do processo de aprendizagem, dada a falta de compromisso dos alunos com as atividades de casa;
- Melhor articulação entre escola, família e órgãos de assistência às famílias carentes, seja de serviços jurídicos, seja de serviços médicos-odontológicos;
- A pouca participação das famílias na realização das atividades on-line, ofertadas na plataforma educacional.
- A defasagem de ensino-aprendizagem causada pelo ensino remoto.

4. FUNÇÃO SOCIAL

A Escola compromete-se com a formação da criança como futuro cidadão e partindo de um princípio diagnóstico, apresenta uma visão transformadora e busca adotar medidas para melhorar o resultado dos alunos frente a seus níveis de aprendizagem. Para tanto o CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHEK adota como norte, princípios que tem como referência a realidade da Comunidade atendida, o que potencializa uma visão crítica e concomitantemente amplia a visão de mundo do (a) aluno (a), criando condições favoráveis a formação de cidadãos pesquisadores capazes de entender, adaptar e transformar a sociedade na qual encontram-se inseridos.

5. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Formar cidadãos críticos capazes de refletir, entender e adaptar o conhecimento para contribuir construtivamente na transformação do meio em que está inserido, oferecendo ensino de qualidade, garantindo a participação ativa da comunidade escolar e propiciar condições para uma aprendizagem significativa, atual e eficaz, visando a formação integral dos alunos.

VISÃO - Ser uma Escola capaz de atuar na transformação da comunidade, por meio da vivência dos saberes, tornando-a um ambiente de referência.

6. PRINCÍPIOS

Promoção da aprendizagem com métodos consistentes, baseado em princípios de respeito a si e ao próximo, através da conceituação e da prática de Valores Humanos e nos princípios de cidadania, contribuindo para que sejam homens e mulheres – sujeitos de suas histórias e colaboradores na formação de um mundo mais humano e mais justo.

7. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

7.1 OBJETIVOS GERAIS

- Compromisso com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- Relação entre escola e comunidade;
- Ética nas ações individuais e coletivas;
- Promoção inovadora e criativa do processo de ensino para as aprendizagens.]

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conscientizar o aluno da necessidade de dedicar-se aos estudos aprofundando-o através da pesquisa e da leitura;
- Transmitir conhecimentos integrados capazes de despertar o potencial psicoafetivo e criativo dos alunos para levá-los a efetuar opções conscientes e responsáveis frente aos problemas da sociedade (drogas, comunicação, violência, etc.);
- Procurar aperfeiçoar na Escola a prática da interdisciplinaridade;
- Conscientizar os educadores da necessidade de se qualificarem para exercer sua função com eficaz competência;

- Promover cursos e encontros para a formação humana, incentivando a prática da solidariedade, do respeito, da compreensão dentro da comunidade educativa;
- Respeitar a individualidade de cada um, sem fazer distinção de qualquer espécie;
- Trabalhar em todas as disciplinas e atividades os valores éticos e morais;
- Despertar o amor à Pátria através das comemorações cívicas;
- Buscar e incentivar formas apropriadas para a solução dos desafios organizacionais que frutifiquem resultados inovadores aos nossos educandos;
- Proporcionar um diálogo aberto e honesto com toda a comunidade escolar juntamente com o Conselho Escolar;
- Estimular a participação ativa e responsável do próprio estudante em seu processo de aprendizagem, a partir de discussões e debates sobre o que, como e por que está aprendendo;
- Incentivar o envolvimento intelectual, emocional e físico do estudante com o objeto do conhecimento, em interação com o contexto sócio-histórico- cultural.

8. FUNDAMENTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS

8.1 PSICOLOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Uma educação escolar que tenha finalidade voltada às classes populares, com o intuito de viabilizar a sua participação na sociedade de forma emancipada e crítica, deve fazer com que a instituição funcione bem, levando em conta a especificidade de sua realidade e de seus sujeitos, o que, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, não se constituiu ao longo da história, pois esse atendimento às crianças pequenas sempre ocorreu de maneira assistencialista e ineficiente. A escola deve se desenvolver com diretrizes que favoreçam o diálogo entre professores e alunos; incorporem a experiência inicial do educando à cultura acumulada historicamente, superando a compreensão de senso comum; respeitem o ritmo de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, bem como as condições sociais dos sujeitos; estejam atentos para a necessidade de transmissão dos conteúdos cognitivos, não transformando os enriquecimentos que os conteúdos podem receber nos próprios conteúdos.

8.2 PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ao indagarmos em quais aspectos a teoria histórico-cultural, elaborada no início do século XX por estudiosos soviéticos, implica na educação escolar da contemporaneidade no

Brasil, chamamos a atenção que essa teoria apresenta fundamentos que possam atender a demanda educacional, mas entre eles o principal que queremos destacar é a valorização da escola e do trabalho do professor no processo ontogenético de humanização do homem. É por meio do trabalho educativo que existe a possibilidade da formação de intelectuais. Para Gramsci (1989), todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. Não podemos falar de “não-intelectuais”, a intelectualidade é um aspecto essencialmente humano, não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o 1263 Homo Faber do Homo Sapiens e educar. Para o filósofo italiano, é necessário por um fim a esta dicotomia. Educar é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias. A escola tem papel fundamental na formação dos intelectuais, é nela que se transmite cultura. A classe dominada precisa desse espaço de formação cultural. Neste caso, com o entendimento de cultura como instrumento pela transformação social, formar indivíduos que fazem a distinção entre o senso comum e a “filosofia da práxis”. Cidadãos que consigam, conforme Kosik (2002), compreender e destruir o mundo da pseudoconcreticidade.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 MATRIZ CURRICULAR

Prezando pela aplicação de conteúdos significativos, esta fora construída de forma democrática e colaborativa, após encontros promovidos pela equipe pedagógica desta Unidade de Ensino, no ano letivo de 2019, e tendo como instrumento norteador a Base Nacional Curricular Comum, sendo este, documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996),

"a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil".

Tendo como referência as **COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**, o CEF JK propõe:

- Valorizar do aluno enquanto ser social e ativo dentro da realidade social que o cerca;

- Integrar as disciplinas através de conteúdos que favoreçam a interdisciplinaridade;
- Desenvolver a capacidade crítica do aluno, para que ele seja capaz de compreender a importância das disciplinas nas diversas áreas do conhecimento: humanas, exatas, biológicas e sociais;
- Melhor percepção dos alunos e professores do conteúdo com o uso das atividades extra classe, tais como passeios e visitas.

9.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Conforme orienta a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal,

"O Ensino Fundamental constitui a segunda etapa da Educação Básica, é obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, em conformidade ao art. 3º da LDB/96. Dividido em duas fases – Anos Iniciais e Anos Finais – o Ensino Fundamental tem por objetivo:

a formação integral do indivíduo para o exercício pleno da cidadania, pautando-se nos princípios da igualdade, da liberdade, do reconhecimento e respeito à diversidade, além da valorização de professores/as e da gestão democrática do ensino público como garantia da qualidade da educação".

Em conformidade com a LDB em seu Art. 32. estabelece que:

"O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão".

Com foco na Organização Curricular 2022:

Ao propor a reorganização dos objetivos na perspectiva do Contínuo Curricular 2020/2021/2022, pretende-se fortalecer a prática dos professores da Rede quanto às adaptações necessárias nas Propostas Pedagógicas e no planejamento de ensino com vistas a minimizar os impactos da pandemia durante o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, assim como favorecer o pleno desenvolvimento do educando em seus aspectos físicos, psicológicos, cognitivos e sociais, complementando a ação da família e da comunidade.

Destaca-se que, "[...] o alcance dos objetivos de aprendizagem propostos para os anos iniciais do Ensino Fundamental precisa ocorrer à medida que conhecimentos da língua sejam desenvolvidos de forma transversal, ou seja, perpassem o desenvolvimento dos demais componentes curriculares, contribuindo para a construção global e dialógica de conhecimentos." (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2018. p. 21 - grifo nosso). O documento prioriza e intensifica práticas voltadas para o aprendizado da leitura e da escrita em que os estudantes compreendam, se apropriem, ampliem e consolidem as propriedades e habilidades alfabéticas de forma eficiente em situações comunicativas da vida em sociedade, na perspectiva dos diversos letramentos e da ludicidade, de

maneira interdisciplinar. Destaca-se que, “[...] o alcance dos objetivos de aprendizagem propostos para os anos iniciais do Ensino Fundamental precisa ocorrer à medida que conhecimentos da língua sejam desenvolvidos de forma transversal, ou seja, perpassem o desenvolvimento dos demais componentes curriculares, contribuindo para a construção global e dialógica de conhecimentos.” (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2018. p. 21 - grifo nosso). O documento prioriza e intensifica práticas voltadas para o aprendizado da leitura e da escrita em que os estudantes compreendam, se apropriem, ampliem e consolidem as propriedades e habilidades alfabéticas de forma eficiente em situações comunicativas da vida em sociedade, na perspectiva dos diversos letramentos e da ludicidade, de maneira interdisciplinar.

10 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A partir das fragilidades e dos pontos fortes da escola o projeto político pedagógico está preocupado na formação de um aluno crítico e consciente, propondo ações que favoreçam o ensino para as aprendizagens. Os conteúdos são vivenciados concretamente de forma interdisciplinar, através de miniprojetos realizados em sala de aula e por projetos que envolvem todos os segmentos da escola.

A partir desse pressuposto, a Equipe Pedagógica (Vice diretora, supervisores e coordenadores) juntamente com a Equipe de Professores organiza suas ações com o intuito de voltar-se para a oferta de uma educação de qualidade ao aluno. A fim de dar suporte ao projeto educativo; planeja, orienta, acompanha e avalia as atividades didático-pedagógicas, promovendo ações que contribuam para a implementação do currículo em vigor.

Assim sendo, as ações e atividades básicas que promovam a articulação entre os professores e a interdisciplinaridade estão diretamente relacionadas às responsabilidades do coordenador pedagógico, conforme Art. 120. do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, que versa,

"São atribuições do Coordenador Pedagógico:

- I. elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Coordenação Pedagógica na unidade escolar;
- II. participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar;
- III. orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular;
- IV. articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática;
- V. divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF;
- VI. estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;

VII. divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito da unidade escolar;

VIII. colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho escolar".

Neste caso, o docente deve ser notado como o especialista que faz a escola. Assim sendo, o relacionamento do professor com a coordenação deve ser explorado de forma a ficar caracterizado o porquê da necessidade de existir um plano de ações para que o espaço de intercâmbio profissional se torne um lugar de idéias efervescentes e não de apatia e acomodação.

A coordenação deve desenvolver no professor a idéia de que ele é parte integrante da escola, compromissado com a missão, objetivos e políticas da instituição, estando o tempo todo agindo como um educador que visa o bem comum, isentando-se de ações que se reverteriam em benefício unicamente dele mesmo. Tornando necessário o estabelecimento de objetivos, metas, ações e um cronograma exequível.

Educação Infantil

"A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. É a única que está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, art.29)."

Nesse contexto a escola se organiza de forma planejada e sistêmica por meio do Projeto Político Pedagógico, enfatizando o caráter coletivo, colaborativo e participativo da Comunidade Escolar no sentido de garantir a criança acesso aos processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças, bem como:

- Descobrir e conhecer progressos;
- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, confiante em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Demonstrar atitudes, estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista, interagindo com os demais, respeitando o indivíduo e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante,
- Dependente e agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes que contribuem para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades.

Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

A escola desenvolve ao longo do ano letivo os projetos propostos pela SEE, de acordo com os cadernos e orientações que constam no site da SEEDF:

- Alimentação na Educação Infantil;
- O Brincar como Direito dos Bebês e das Crianças;
- X Plenarina: criança arteira, faço arte, faço parte.

Ensino Fundamental

A partir 2006, a duração do Ensino Fundamental, que até então era de 8 anos, passou a ser de 9 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9395/96) foi alterada em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, e ampliou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos, estabelecendo como prazo para implementação da Lei pelos sistemas de ensino, o ano de 2010. O objetivo do Ensino Fundamental Brasileiro é a formação básica do cidadão. Para isso, segundo o artigo 32º da LDB, é necessário:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Além da LDB, o Ensino Fundamental é regrado por outros documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as

legislações de cada sistema de ensino. Bem como a Constituição Federal que em seu Art. 210 evidencia que:

“(…) Serão fixado os conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais”.

Nesse contexto a escola se consolida por meio de uma matriz curricular flexível, mutável e inovadora, respeitando e valorizando os aspectos regionais. Compreendendo:

- Conhecer as características territoriais, culturais e etnias que estão formando o Brasil;
- Compreender a importância de conviver com o meio ambiente, que este ser é um agente transformador e de interação direta do espaço em que vive;
- Conhecer valores éticos e morais que levem o indivíduo a se integrar com melhor relacionamento entre pessoas, e meio ambiente;
- Desenvolver a autoconfiança do indivíduo levando em consideração que o ser humano está inserido em um meio social, na busca do conhecimento;
- Conhecer e cuidar do próprio corpo, agindo com responsabilidade em relação a sua saúde e a saúde coletiva;
- Utilizar as diferentes linguagens: verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal, levando a expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, atendendo as diferentes intenções e situações de comunicação;
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos, para adquirir e construir conhecimentos;
- Formar um ser questionador da realidade e que, utilize o pensamento lógico, a criatividade, a intuição e a capacidade de análise crítica, para resolver os problemas que possa vir a se deparar.

Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos é definida pelo artigo 37 da LDB (lei n.9.394/96) como a modalidade de ensino que,

“será destinada àqueles que não tiveram acesso ou à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” A principal tarefa da Educação de Jovens e Adultos é fazer valer o previsto no artigo 208 inciso I da Constituição Federal de 1988, que garante o acesso e a permanência ao ensino fundamental a todos.

Tal política vem sendo incentivada pelo poder público, que abrangeu, além do ensino



fundamental, o ensino médio, adequando esta modalidade de ensino às características dos jovens e adultos brasileiros.

No que tange a matrícula, pode ocorrer a qualquer tempo, condicionada à disponibilidade de vagas na Unidade Escolar de interesse do aluno candidato, conforme estabelece o Parecer nº 118/2014 - CEDF, homologado pela Portaria nº 171, de 24 de julho de 2014, que regulamenta a inserção do aluno na EJA e a organiza em um único período de 100 (cem) dias letivos, ou por períodos correspondentes a 1 (um) semestre.

A autorização da Educação de Jovens e Adultos – EJA nesta instituição de Ensino, no turno noturno, ocorreu em janeiro de 2012. Surge como modalidade de ensino, Instrumento do Programa Brasil Alfabetizado, destinada a Jovens e Adultos que por diversas razões não deram continuidade aos estudos ou não tiveram a oportunidade de acesso ao Ensino Fundamental e tem como objetivo criar situações de ensino para as aprendizagens adequadas as necessidades educacionais, realizando suas funções reparadora, equalizadora e permanente, possibilitando a reentrada no sistema educacional, bem como a atualização permanente de conhecimentos, reconhecendo assim, o direito a uma escola de qualidade para qualquer cidadão.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA tem a finalidade de trabalhar para o desenvolvimento e acesso à cultura geral, centrado em uma formação humana, de maneira tal, que os estudantes adquiram uma consciência crítica mais apurada, que adotem posturas éticas, com compromisso político, para o desenvolvimento da sua autonomia intelectual.

Sendo o papel da construção curricular, fundamental para subsidiar este processo de formação de consciência crítica, havendo um despertar dos estudantes como sujeitos de sua própria história, aprendam a agir com responsabilidade individual e coletiva, comportar-se de forma solidária, acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir do uso metodologicamente adequado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. Devido ao perfil do educando ser bastante diferenciado, cada sujeito tem um tempo próprio de aprendizagem, em decorrência dos conhecimentos e experiências acumuladas no decorrer da vida dos mesmos.

Esta modalidade de ensino deve levar em conta tudo isso, a diversidade cultural, de faixa etária, de classe econômica, para que as aulas sejam ministradas de maneira tal, que o educando se veja não apenas como mais um aluno simplesmente e sim, parte integrante de todo o processo educacional.

Os alunos de EJA são, em sua maioria, trabalhadores. Existe um grande percentual da população em idade acima de 16 anos que se encontra sem conclusão do Ensino Fundamental.

São estudantes de diferentes situações econômicas, culturais, com histórias de vidas

distintas, trazendo vivências, conflitos, expectativas e necessidades específicas.

"Existe um índice considerável de evasão escolar porque muitos estudantes migram do município a procura de emprego e melhores condições de vida, em centros maiores " Jamil Cury.

Como já foi afirmado pelo Conselheiro Jamil Cury, relator das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação de Jovens e Adultos, nosso público alvo "é cidadão e tem direito público subjetivo a uma antropologia própria". Sendo este formado por jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade própria, ou não tiveram a possibilidade de continuar seus estudos por inadaptação às práticas escolares, necessidade de trabalhar, ausência de estímulo, repetências sucessivas. Em sua maioria, sofrem desde muito cedo pressões para ingressar no mercado de trabalho e, sem qualquer habilitação, dedicam-se a atividades à margem do mercado formal de trabalho.

A prática tem-nos indicado que suas principais características são:

- Aprende conteúdos significativos segundo a vivência e interesse;
- Percebe metas com clareza;
- Apoio da família é fator decisivo para sua permanência e sucesso;
- Vivência pessoal e profissional é heterogênea;
- Dotada de conhecimento de mundo;
- Participam ativamente nos objetivos propostos;
- Superam as dificuldades pessoais quando alcançam o resultado esperado;
- Interesses são os mais variados possíveis.

11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Considerando o Art. 179. do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, onde lê-se:

"A avaliação na Organização do Trabalho Pedagógico deverá observar:

- I. os princípios da avaliação formativa;
- II. a articulação entre os três níveis da avaliação como aprendizagem, institucional e em larga escala (ou de redes);"

Bem como o Art. 182.do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL,



"No Ensino Fundamental - anos iniciais, a avaliação é realizada por meio da observação e do acompanhamento contínuo das atividades individuais e coletivas, com o objetivo de se constatar os avanços obtidos pelo estudante e favorecer o (re)planejamento docente, considerando as dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem, bem como a busca de soluções.

§ 3º Nas unidades escolares organizadas em Ciclos para as Aprendizagens, o caráter processual e contínuo da avaliação formativa deve ocorrer, podendo haver retenção somente ao final do segundo bloco (5º ano) do ensino fundamental."

Mesmo o legislador especificando Art. 183. do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, algo inerente ou apenas evidente na literatura do Ensino Fundamental séries/anos finais e no Ensino Médio, seria inadmissível desprezar seu conteúdo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, haja vista que sua essência o contempla na busca pelo processo integral de educação, elevando os aspectos qualitativos deste, pois versa que:

"os critérios adotados para a avaliação da aprendizagem deverão estar em consonância com o Currículo em Movimento da Educação Básica e com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF.

§1º A avaliação formativa pressupõe o diagnóstico contínuo das condições de aprendizagem dos estudantes, a fim de identificar os aspectos exitosos e aqueles que merecem ser melhorados, bem como promover a intervenção imediata em favor do seu desenvolvimento.

§2º A avaliação formativa busca evidências de aprendizagens por meio de instrumentos e de procedimentos variados, não sendo aceito um único meio para avaliar, para aprovar ou para reprovar." [...]

Diante do exposto, observa-se que o sistema social vigente nem sempre contribui para uma avaliação que contemple todas as nuances do processo pedagógico. A exclusão ainda é evidenciada e por conseqüência os alunos são os mais prejudicados nesse sentido. O processo de avaliação deve ser contínuo, realizado de forma a diagnosticar o nível de aprendizado e as dificuldades a serem sanadas dos alunos. Além de identificar as mudanças necessárias na metodologia do professor. Ou seja, o processo de avaliação deve permitir que a ação pedagógica siga a direção e o ritmo correto, no sentido de atingir os objetivos traçados.

Esta por sua vez, fundamenta-se na utilização de diversos instrumentos e procedimentos para possibilitar as aprendizagens de todos na escola. Sendo imprescindível para direcionar o trabalho do professor, tornando-o reflexivo e sustentando-o por situações contextualizadas, lúdicas e num diálogo multidirecional.

Portanto, deve-se diagnosticar e incluir o educando no curso da aprendizagem satisfatória, integrando suas experiências no cotidiano escolar, a fim de atingir os objetivos necessários. A avaliação pressupõe acolhimento visando transformação. Ela deve incluir e não excluir, integrar, facilitar os caminhos traçados para a aprendizagem. Esse diagnóstico permite

a tomada de decisão de direcionar ou redirecionar aquilo ou aquele que está precisando de apoio. A escola responde à sociedade pela qualidade de ensino que ela tem, e esse é um dos objetivos da avaliação. Na escola também o educando deve tomar conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e se preparar para as mudanças quando forem necessárias.

A avaliação deve valorizar o conhecimento do aluno, seja de suas experiências cotidianas, seja do seu aprendizado no âmbito escolar, no seu crescimento dia a dia, o que ele consegue fazer e não apenas para rotular o não aprendizado evidenciando as dificuldades. Na escola a avaliação formativa contribui para direcionar as ações propostas pelo professor, proporcionando a ele realizar considerações qualitativas quanto à sua prática pedagógica e social. O professor exerce seu próprio diagnóstico, realizando as alterações viáveis para a melhoria do ensino. Essa avaliação deve ser constante e de toda a equipe de trabalho da escola: professores, coordenadores, equipe diretiva, servidores da cantina e da limpeza e servidores em geral, pois todos os segmentos têm sua parcela de importância para o produto final, que é a aprendizagem significativa do educando. O trabalho coletivo na construção do Projeto Político Pedagógico não deve ficar restrito apenas no planejamento, mas também na execução. A auto-avaliação serve para reconhecer as contribuições de cada um nesse processo.

Em todos os projetos desenvolvidos na escola, buscamos avaliar o que ficou de significativo para todos os segmentos, contribuindo assim para uma efetiva aprendizagem do educando. A Semana de Avaliação desenvolvida bimestralmente não é nosso único foco para registrar o que foi aprendido, mas todos os eventos (ver ARTIGOS 182 e 183 do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL) servem como apoio ao trabalho do professor em sala de aula no dia a dia, desde o livro escolhido pelo colegiado para servir de apoio para a aprendizagem, passando pela elaboração de instrumentos lúdicos visando acabar com a monotonia das aulas e o reforço intra e extraclasse, bem como o reforço em horário contrário visando ajudar os alunos com mais dificuldades até a conservação e limpeza do ambiente escolar. Essas considerações são concluídas no Conselho de Classe, momento em que definimos em conjunto novas estratégias para atingir os objetivos ainda não alcançados. Na reunião de pais ou nas convocações extraordinárias, em que a maioria comparece, expomos nossos anseios e pedimos apoio dos mesmos para seguir em frente com nossos planejamentos.

Para que ocorra efetivamente o processo avaliativo, complementamos e reforçamos que a avaliação diagnóstica, contínua e qualitativa contribui para o crescimento voluntário da escola como um todo, em que alunos, professores e comunidade escolar adquirem o conhecimento significativo.

11.1 CONSELHO DE CLASSE

Considerando o Art. 29. do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, que versa:

"O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da Gestão Democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens, havendo tantos Conselhos de Classe quantas forem as turmas existentes na unidade escolar.

Parágrafo único. O Conselho de Classe será composto por:
todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;
Pedagogo – Orientador Educacional;[...]"

Sendo um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa nos assuntos pedagógicos, tendo objetivo:

- Avaliar as apropriações dos conteúdos curriculares; Refletir a relação professor/aluno;
- Analisar a prática pedagógica e redirecionar as ações, a fim de buscar alternativas que garantam o processo de ensino aprendizagem.

No conselho de classe o professor redimensiona a sua intervenção no processo de ensino, revê suas metodologias de trabalho, cria novos recursos e ações didáticas para ajudar na melhoria da aprendizagem, do ensino e da escola.

Ao aluno, o conselho de classe, permite acompanhar o desempenho da sua trajetória escolar, identificar a sua participação no processo de aprendizagem; à escola pensa e reorganiza o seu currículo e suas práticas educativas; e aos pais permite conhecerem a prática pedagógica dos professores, acompanharem o desenvolvimento dos seus filhos e participarem das atividades da escola.

Com a finalidade de estudar e interpretar a aprendizagem dos alunos, a relação de trabalho do professor, na direção do processo de ensino para aprendizagem proposto no Projeto Político Pedagógico, o conselho de classe, acompanha e aperfeiçoa esse processo de aprendizagem dos alunos, analisa os resultados dessa aprendizagem e organiza os conteúdos e a metodologia. Vários procedimentos desencadeiam no conselho de classe, o pré-conselho oportuniza o levantamento de dados, que uma vez analisados pelo colegiado, redireciona o processo de ensino e no conselho de classe em si, os professores, equipe diretiva, coordenação, professor da sala de recursos e pedagogo se reúnem para discutir os diagnósticos, comparando os resultados anteriores e os atuais para alcançar os níveis de aprendizagem propostos no Projeto Político Pedagógico. A tomada de decisão compreende quais metodologias devem ser

mantidas e quais devem ser revistas e quais ações serão aplicadas para estabelecer um novo olhar sobre a aprendizagem e a forma de avaliar, levando em conta as necessidades dos alunos.

O conselho de classe, além de avaliar como foi a aprendizagem dos alunos e redirecionar as ações que forem necessárias para atingir os objetivos propostos no PPP, também serve de apoio para o colegiado expor seus anseios, preocupações e vitórias. Nesse momento, a conversa aberta torna possível uma tomada de decisões conjunta, em que todos nós temos nossa parcela de ganhos e responsabilidades. O conselho desenvolvido em nossa escola faz-se bimestralmente, antes da reunião de pais e após a semana de avaliação. E contribui efetivamente para a construção de estratégias que buscam o aprendizado e crescimento do aluno e de todos os segmentos envolvidos.

12. PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
Conscientizar os pais da importância do acompanhamento familiar na vida escolar dos filhos	Aumentar a participação dos pais nas reuniões de pais e mestres e no cotidiano escolar	Realizar (2)duas reuniões extraordinárias. Uma no 1º semestre e outra no 2º semestre para abordar a participação do pai e/ou responsável na vida escolar dos alunos. Realizar o Projeto Semana de Educação para a Vida voltado para a temática das famílias. Manter contato permanente com as famílias presnecialmente e por meio das mídias sociais.	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	As reuniões serão realizadas nos meses de março e setembro. Projeto Semana de Educação para Vida será realizado no mês de Maio como previsto no calendário escolar.

A partir do Currículo da Secretaria de Educação do Distrito Federal elaborar a Matriz Curricular do CEF- JK.	Definir a Matriz Curricular para ser inserida no PPP de 2022	Realizar reuniões para estudo e construção da Matriz Curricular do CEF- JK	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	No início do ano letivo (1º semestre).
Reduzir o índice de reprovação ao final do Bloco Inicial de Alfabetização e do 2º ciclo e/ou a quantidade de alunos aprovados abaixo das expectativas de aprendizagem.	Diminuir o índice de reprovação em 50% (cinquenta por cento) durante o período de 5 (cinco) anos. Iniciando com a previsão de 10% (dez por cento) para o ano letivo de 2018 e assim sucessivamente, até atingir a meta estabelecida.	Elaborar e executar o projeto interventivo de reforço escolar, reforço em horário contrário às aulas, reagrupamento intra e extra classe com os alunos com mais dificuldades de aprendizagem.	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	Ao longo do ano leivo.
Melhorar o desempenho dos alunos no CEF- JK através da leitura	Contribuir para um melhor aproveitamento das aprendizagens dos alunos com foco na leitura.	Elaborar o Projeto de Leitura para a Educação Infantil, Bloco Inicial de Alfabetização e 4º e 5º anos. Incentivar e auxiliar os professores no desenvolvimento de projetos de leitura em sala de aula.	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	Ao longo do ano leivo.
Contribuir para o crescimento emocional e social dos alunos, professores e funcionários da escola.	Proporcionar momentos de aprendizagem agregados ao lazer dentro do ambiente escolar	Realizar o Projeto da Semana da Criança, incentivando o contato social e emocional dos alunos.	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	Durante todo o mês de Outubro, sendo dividido em Semana da Criança, Dia do Professor e Dia do Funcionário

		Melhorar a socialização dos alunos com atividades voltadas para a conscientização e o lazer.		Público
Priorizar o fortalecimento da coordenação coletiva enquanto momento de formação continuada dos professores.	Contribuir para crescimento pedagógico dos professores, possibilitando estudo contínuo.	Estabelecer estudo coletivo na coordenação de quarta-feira. Viabilizar palestras e oficinas para os professores	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	Ao longo do ano letivo.
Promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de intervenções avaliativas, preventivas e institucionais	Auxílio direto com os professores para a melhoria do trabalho pedagógico.	Oferecer suporte pedagógico aos professores na coordenação pedagógica	Equipe diretiva e pedagógica.	Início do ano letivo (1º semestre), sendo revisado e ampliado durante todo o ano letivo.
Conhecer, refletir e analisar as características da instituição educacional tais como: espaço físico, localização, quadro funcional, modalidade de ensino, turmas, turnos, entre outras.	Colaborar para a melhoria dos espaços disponíveis da instituição tendo as aprendizagens como foco principal. Construir um espaço de interlocução, assessorando o trabalho coletivo, oportunizando a conscientização de responsabilidades de modo a provocar a revisão e/ou atualização de	Reformular o mapeamento institucional através da investigação de convergências, incoerências, conflitos ou avanços.	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	Ao longo do ano letivo.

	<p>suas ações, assim como ampliar experiências bem sucedidas, contribuindo para a diminuição.</p>			
<p>Atuar na Unidade de Ensino numa perspectiva institucional, preventiva e interventiva, promovendo a integração escola X família X comunidade.</p>	<p>Oportunizar a relação entre a família e a escola no processo de aprendizagem dos alunos.</p> <p>Intervir nas situações de queixas escolares abrangendo os níveis: escola x família x aluno, quando necessário.</p>	<p>Reuniões coletivas (em parceria com as coordenadoras, professora da Sala de Recursos, gestores e assistente pedagógica) destinadas para momentos de estudo, reflexão, discussões, troca de experiências, dinâmicas de grupo, vivências, oficinas, etc.;</p> <p>Entrevistas, questionários, conversa informal, planejamento, conselhos de classe, observações em todos os contextos educacionais, análise da produção dos alunos, suporte na elaboração de adequações curriculares.</p> <p>Apresentação de oficinas, entrevistas,</p>	<p>Equipe diretiva pedagógica e docentes.</p>	<p>Ao longo de todo o ano letivo.</p>

		reuniões com a família e comunidade em geral.		
Sensibilizar a comunidade escolar quanto à inclusão	<p>Possibilitar a prevenção e a intervenção nos casos apresentados pelos professores.</p> <p>Melhorar o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais</p> <p>Promover a conscientização da comunidade escolar quanto a inclusão nas classes regulares de alunos com necessidades especiais.</p> <p>Auxiliar as famílias no entendimento da importância da sua participação na vida.</p> <p>Valorizar as diferenças entre os alunos diminuindo as ações preconceituosas.</p> <p>Auxiliar os professores na adaptação e desenvolvimento dos alunos diagnosticados, visando uma</p>	<p>Realizar oficinas diversas, palestras, vivências, reuniões, etc., em parceria com a equipe pedagógica, a equipe gestora</p> <p>Reuniões contínuas e momentos de integração entre a criança e os pais e/ ou responsáveis.</p> <p>Elaborar o Projeto da Inclusão, trocando experiências entre as crianças, professores e convidados no Dia de Luta da Pessoa com Deficiência.</p> <p>Organizar e participar de grupos de estudos na escola dos filhos com necessidades especiais.</p>	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	Ao longo de todo o ano letivo, tendo ao menos uma atividade por semestre.

	aprendizagem significativa.			
Orientar as famílias para o envolvimento no processo educacional.	Servir de elo de ligação entre os anseios da família e dos profissionais da escola quanto as dificuldades de aprendizagem demonstradas por determinados alunos.	Entrevistas, anamnese, orientações, atividades individuais e em grupo, devolutivas, encaminhamentos, observações, análise de documentos do aluno, avaliação pedagógica.		Ao longo de todo o ano letivo, na medida em que forem surgindo os casos e conforme a necessidade.

13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

13.1 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Considerando o Art. 119 do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL,

“A Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico.

§ 1º As ações devem contemplar a implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF em vigor.

§ 2º Cabe ao Coordenador Pedagógico articular ações que garantam a realização da Coordenação Pedagógica.

A Coordenação Pedagógica focará além da troca de experiências e planejamento coletivo, também na capacitação dos professores sempre com a perspectiva de rever e redimensionar a prática pedagógica. Para tanto, surge em 2018, a execução de um modelo voltado para a ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS, que fundamenta-se na concepção de um currículo integrado e de educação integral, bem como na valorização do trabalho interdisciplinar, voltado para construção do conhecimento.

Considerando a efetivação da relação entre os pares, temos então, o seguinte ambiente:

- Segunda-feira: Coordenação Pedagógica Individual
- Terça-feira: Coordenação Pedagógica entre os pares do 2º Bloco (Ciclos para as aprendizagens -*Educação Infantil, 1º, 2º e 3º Anos)
- Quarta-feira: Coordenação Pedagógica Coletiva

- Quinta-feira: Coordenação Pedagógica entre os pares do 1º Bloco (Ciclos para as aprendizagens - 4º e 5º Anos)
- Sexta-feira: Coordenação Pedagógica Individual

*Incorpora-se ao 1º Bloco dada a contextualização e faixa-etária do público atendido.

NOTA: Vale ressaltar que todos os professores deverão estar presentes no ambiente de trabalho durante o período destinado a coordenação pedagógica, exceto, em casos respaldados pela legislação vigente.

13.2 CONSELHO ESCOLAR

Considerando o REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL em seu Art. 23,

"Em cada unidade escolar pública do Distrito Federal, funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEEDF."

Fazendo uso de suas atribuições, o Conselho Escolar do Centro de Ensino Juscelino Kubitschek atua como órgão de natureza consultiva, deliberativa, avaliadora e fiscal com a finalidade de promover a articulação entre vários segmentos organizados da sociedade e os setores da escola a fim de garantir a eficácia e a qualidade de seu funcionamento. Constitui-se por meio do voto direto e secreto. Entretanto, não tem finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, racial, étnico ou de qualquer natureza, a não ser aquela que diz respeito diretamente à atividade educativa da escola.

Conforme Parágrafo Único do Art. 23 do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL com representantes dos seguintes segmentos: Carreira Magistério Público do Distrito Federal; Carreira Assistência à Educação, Segmento pais e Alunos. Logo toda a comunidade escolar está envolvida na prática escolar através do seu representante.

Em conformidade como o Art. 26. o diretor escolar assume suas atribuições juntamente com os demais membros, sem receber qualquer tipo de renumeração ou benefício pela sua participação.

A ação do Conselho Escolar no colégio está fundamentada nas seguintes diretrizes:

- Educação é um direito de todo cidadão.

- A escola deve garantir o acesso e permanência de todos que ingressarem no ensino público.
- A universalização e a gratuidade do ensino nos seus diferentes níveis e modalidades é um dever constitucional.
- O trabalho pedagógico escolar numa perspectiva emancipadora e coletiva.
- A democratização da gestão escolar é responsabilidade de todos os sujeitos que constituem a comunidade escolar.

13.3 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento de metas da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

- Fortalecer a Orientação Educacional na Unidade Escolar, considerando os desafios do contexto social atual, direcionando e fortalecendo a identidade da Orientação Educacional;
- Acolher os profissionais da Educação, família, comunidade contribuindo na integração entre estes de forma empática, levando-os a refletir sobre os fatores que interferem nos processos de ensino aprendizagem
- Promover parcerias com a comunidade escolar, tendo em foco, o processo de ensino aprendizagem construindo e fortalecendo a identidade da Orientação Educacional;
- Colaborar com a equipe gestora, coordenadores e docentes na construção do Projeto Pedagógico, contribuindo para alcançar resultado qualitativos de forma

coletiva e democrática;

- Desenvolver competências emocionais acolhendo a comunidade escolar, realizando a escuta sensível como elo entre os envolvidos no processo de ensino aprendizagem;
- Atuar de forma preventiva, estabelecendo ações em rede de apoio interna e externa, em prol das aprendizagens e garantia de direitos da criança e do adolescente de forma integral;
- Articular e promover ações para a construção da paz entre família e escola, visando desenvolver um ambiente democrático pautado no respeito mútuo;
- Sensibilizar as famílias da importância de acompanhar o processo de educação dos filhos, tendo em vista que esta é a base para a formação pessoal e acadêmica;
- Articular ações em parceria com as redes sociais e outros setores da SEDF.
- Estruturar o trabalho a partir da análise crítica da realidade social, política e econômica no contexto escolar local.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania/DH	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
Integração família/escola	X	X		Analisar as estratégias utilizadas pela Unidade Escolar, para interagir com as famílias apresentando a comunidade escolar as funções da Orientação Educacional através de: Acolhida; Escuta Sensível; Registros; Convocações; Encaminhamentos; Reuniões.	Ações junto aos estudantes; Ações junto aos professores. Ações junto à família e demais parceiros de acordo com a demanda. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF.	Semanal ou de acordo com a demanda exigida pela Unidade Escolar;



				Contatos permanentes de forma presencial, por meio telefônico e WhastApp conforme a necessidade.		
Ensino/Aprendizagem	X	X	X	Propor ações para que os alunos compreendam que aprender é algo fundamental e um processo contínuo. Cronograma de estudos; Questionário com os estudantes; Mensagens motivacionais; Relatórios de acompanhamento, de frequência e aprendizado; Folders.	Ações realizadas junto aos docentes; Ações junto aos estudantes; Ações junto às famílias. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF.	Mensal, bimestral ou de acordo com a demanda.



Cidadania	X	X	X	Acolher e levantar perfil socioeconômico dos estudantes, para desenvolver ações que visem o aprendizado e garantia de direitos. Contatos telefônicos; Estudos de casos; Entrevistas com os responsáveis; Convocações; Escuta sensível; Conversa informal; Apresentação do serviço de Orientação Educacional; Reunião Coletiva com corpo docente e equipe gestora; Visita às turmas para apresentação do Serviço de Orientação Educacional aos estudantes; Controle de frequência, escuta ativa, acolhimento às famílias e aos estudantes.	Ação realizada junto aos professores, as famílias e os estudantes. Ação realizada com o parecer da equipe gestora/red e de proteção social: CAPS; CRAS; Conselho Tutelar; COMP; Casa do Ceará. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF.	Anual, semestral e semanal, de acordo com a demanda e a estratégia exigida.
				Encaminhamentos para a rede de apoio externa especializada e rede de proteção social; Registro dos atendimentos realizados.	Ação a ser desenvolvida com o parecer da rede de proteção social: CAPS; CRAS; Conselho Tutelar; COMP; Casa do Ceará.	Conforme a demanda.

				Conscientizar as famílias sobre a prevenção e o combate a dengue; Produção de materiais; Músicas; Formação palestras;	Ação junto a comunidade e escolar em parceria com a Secretária de Saúde do DF.	Semestral; Em destaque no mês de abril de 2022.
				Agosto Lilás. Campanha de conscientização pelo fim da violência contra a mulher (Lei 13.140/2006 – Maria da Penha) Infográficos; Folders; Materiais impressos.	Ação junto aos estudantes, professores e família.	Mensal. Mês de Agosto.
				Setembro Amarelo. Mês mundial de conscientização e prevenção do suicídio; Infográficos; Folders; Materiais impressos; Rodas de Conversas.	Ação junto aos estudantes, professores e família.	Mensal. Mês de Setembro
Sexualidade	X	X		Orientar e sensibilizar as famílias sobre os cuidados com a criança, levando-as a cuidar e conhecer o próprio corpo, como forma de proteção. Maio Laranja/ Dia nacional de combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Lei Federal, nº 9.970/2000). Palestras; Material impresso; Folders; Contação de	Ação junto aos estudantes, professores e família.	Mensal. Destaque no mês de Maio.

				histórias.		
Psicomotricidade Ludicidade	X	X	X	Promover momentos de vivência através de brincadeiras que estimule a criança no seu desenvolvimento integral. Semana do Brincar (Lei nº 13.257/2018); Atividades que envolvem brincadeiras; Histórias; Vídeos sobre o tema; Registros das brincadeiras realizadas.	Ação junto a equipe, estudantes e família. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional.	Semanal.
Desevolvimento de Competências Socioemocionais	X	X	X	Acolhida; Escuta Sensível; Materiais impressos sobre a educação socioemocional; Acolher a comunidade escolar em especial aos estudantes, estimulando boas práticas e oportunizando experiências onde eles possam desenvolver seus sentimentos e	Ação junto a equipe pedagógica, professores, estudantes e família. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF.	Bimestral. De acordo com a demanda no decorrer do ano letivo.

				emoções.		
Cultura de Paz	X	X	X	Promover ações para a construção da paz entre família e escola de forma contínua; Mensagens; Folders; Rodas de conversa; Semana de Educação para a Vida (Lei nº 11.998/2009).	Ação realizada junto as famílias e equipe escolar. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF	Mensal ou de acordo com a demanda.
Autoestima	X	X	X	Sensibilizar as famílias sobre o cuidado com as crianças levando em consideração seus pensamentos e sentimentos; Escuta sensível; Rodas de conversa; Folders; Encaminhamento a rede de apoio quando necessário; Combate a intimidação sistemática (Lei 13.185/2015 - Bullying).	Ação junto aos estudantes, professores família e equipe pedagógica. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF	Anual. De acordo com a demanda, com ênfase no mês de Abril.
Inclusão de Diversidade	X	X	X	Compreender e respeitar as diferenças, como forma de garantir o sucesso escolar que advém das aprendizagens; Articulação entre família e escola. Mensagens sobre as	Ação junto a equipe gestora, coordenadores pedagógicos, professores e família. Orientação	Mensal ou de acordo com a demanda.

				diferenças; Rodas de conversa; Acolhida; Acompanhamento sistemático das aprendizagens.	Pedagógica da Orientação Educacional do DF	
Educação Patrimonial	X			Mapeamento da comunidade escolar para análise crítica da realidade local.	Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF; Ações Institucionais	Anual
Saúde e Proteção do estudante			X	Encaminhamento à rede de saúde e ao Conselho Tutelar; Prevenção contra diversas violências, seja doméstica, emocional, física, sexual entre outras.	Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF; Ação junto a rede; Ação junto as famílias.	Mensal ou bimestral, de acordo com a demanda.

13.4 SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM

Eixos sugeridos:

1. Coordenação Coletiva
2. Observação do contexto escolar
3. Observação em sala de aula
4. Ações voltadas à relação família-escola
5. Formação continuadas de professores
6. Conselhos de Classe
7. Projetos e ações institucionais

Eixo: Observação em sala de aula					
Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Diversos alunos encaminha- dos (4º B)	- Observar o contexto da sala de aula; conhecer a metodologia de trabalho do professor; identificar os processos avaliativos utilizados com a turma; conhecer os motivos dos encaminhamento s Intervir junto aos alunos encaminhados (pedagoga)	Combinar com a professora a intervenção; interagir com estudantes; registrar as observações	17/03 a 30/03	Pedagoga da EEAA Professora 4º B	A avaliação será contínua e processual, observando o desempenho dos alunos encaminha- dos e de toda a turma. Caso necessário, retornar em outro momento para outra observação (2º semestre)
Indisciplin a na turma do 2º Período A	Conhecer o contexto da sala de aula para detectar as possíveis causas da indisciplina	Combinar com a professora a entrada na sala para a contagem de história: - Carinho Quente -Por que Não Posso?	16/05 a 26/05	Pedagoga, orientadora, coordenador a e a professora regente do 2º Período	Por meio da observaçã o em sala e pelo relato da professora , das falas e desenhos dos alunos.
Queixa escolar	Intervir nas situações de queixas escolares abrangendo os níveis: escola- família-aluno, quando necessário	Entrevista, anamnese, orientações, atividades individuais e em grupo, devolutivas, encaminhamentos , observações, análise de documentos do aluno, avaliação pedagógica	Ao longo do ano letivo, na medida em que forem surgindo os casos e conforme a necessidad e	Pedagoga, professores, família e o aluno	Ocorrerá através da devolutiva ao longo de cada processo e/ou ao término de cada caso

Eixo: Coordenação Coletiva/ Formação continuada de professores					
Ações/Projetos/Demandas		Objetivos	Cronograma	Avaliação	
Coordenações coletivas		<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar e participar da Coordenação coletiva. Colaborar nas decisões. - Contribuir na construção dos projetos da UE em parceria com o grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Às quartas-feiras, nos turnos, matutino e vespertino. 	<ul style="list-style-type: none"> - Retorno por meio do diálogo com os envolvidos. 	
Formação para professores por meio de Palestras, Oficinas etc.		<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar momentos de estudo de forma coletiva. - Promover a aprendizagem de metodologias de ensino que visam o sucesso escolar 	<ul style="list-style-type: none"> - Às quartas-feiras, nos turnos, matutino e vespertino; - Palestra sobre TGD/ AUT Características e possíveis intervenções (25/05), com a professora Karinn Ledjane - DPAC: Características e possíveis intervenções: (24/08?), com a pedagoga Maria José - Como potencializar as aprendizagens dos estudantes com deficiência Intelectual? (Ainda a definir data e formador) 	<ul style="list-style-type: none"> - Diálogo com os professores e gestão, ficha das carinhas feliz, triste, indiferente. 	
Eixo: Conselho de Classe					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação

Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes	Participar das ações pedagógicas a fim de contribuir e/ou coletar informações que poderão subsidiar o trabalho da EEAA	Participação no Conselho de Classe de forma colaborativa/propositiva	Final de cada Bimestre	EEAA, Gestores, Coordenadores pedagógicos e Orientadora educacional	Por meio de relatos dos envolvidos
--	--	--	------------------------	---	------------------------------------

Eixo: Ações Voltadas à relação família-escola

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Reunião com os pais dos alunos com transtornos Funcionais	Orientar os pais quanto à importância da presença deles na vida escolar do filho, bem da necessidade de estabelecer diálogos (elogios) positivos com os mesmos	Enviar convite com antecedência e na véspera, mandar mensagens pelo WhatsApp. Organizar a sala e preparar mensagem de acolhimento. Fazer, de forma impressa, orientações e/ou dicas que ajudarão os pais a atuar de forma mais efetiva nos estudos dos seus filhos.	Dia 09 de agosto	EEAA e os responsáveis dos alunos com TF	Ficha das carinhas feliz, tristes, indiferentes e por meio das falas dos presentes na reunião

Eixo: Projetos

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
----------------	-----------	---------------	------------	--------------------------	-----------

Projeto: Bullying	Fazer com que os alunos aprendam a conviver com as diferenças.	Histórias educativas Vídeos Trabalho em grupo	2º Semestre	Orientadora e pedagoga	Serão realizadas através de registro, de acordo com a participação, interesse e desenvolvimento de cada aluno individual e coletivo.
----------------------	--	---	-------------	------------------------	--

13.5 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Considerando a Reorganização Curricular do Ensino Fundamental Anos Iniciais para o ano letivo de 2022:

As circunstâncias impostas pela pandemia da Covid-19 à educação no mundo inteiro provocaram perdas significativas no processo de ensino-aprendizagem durante os anos 2020 e 2021. É inevitável que as consequências da crise sanitária tenham impactos educacionais ao longo dos próximos anos, provocando graves lacunas no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais das crianças e jovens do nosso país. Se a defasagem na aprendizagem já se constituía como o maior desafio da educação brasileira, tais desafios foram acentuados com esta pandemia.

Os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento, assim como o caderno do Currículo em Movimento para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais/Anos Finais), os quais foram atualizados tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) respeitando as especificidades inerentes a realidade da comunidade escolar do Distrito Federal, associados às características de uma organização em Ciclos para as Aprendizagens, viabilizam a ampliação de tempos, dos espaços e das oportunidades educacionais para a implementação de intervenções pedagógicas que visem o resgate e a recomposição das aprendizagens na perspectiva do desenvolvimento integral dos estudantes.

Portanto, ao propor a reorganização dos objetivos na perspectiva do Contínuo Curricular 2020/2021/2022, pretende-se fortalecer a prática dos professores da Rede quanto às adaptações necessárias nas Propostas Pedagógicas e no planejamento de ensino com vistas a minimizar os impactos da pandemia durante o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, assim como favorecer o pleno desenvolvimento do educando em seus aspectos físicos, psicológicos, cognitivos e sociais, complementando a ação da família e da comunidade.

Ressalta-se a importância das práticas sociais dos estudantes no processo de organização e sistematização das ações educativas desde a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, a sua transposição no decorrer da construção do planejamento de ensino, considerando os eixos integradores para os Anos Iniciais (Alfabetização, Letramentos e Ludicidade), os eixos integradores para os Anos Finais (Letramentos e Ludicidade) e os pressupostos teóricos da SEEDF: as teorias Críticas e Pós-Críticas; à concepção de Educação Integral; os Eixos Transversais (Educação para a Diversidade; Educação para Sustentabilidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos); a Pedagogia Histórico-Crítica; a Psicologia Histórico-Cultural; os princípios epistemológicos do Currículo Integrado e a avaliação formativa.

Sendo assim, após avaliação diagnóstica inicial a equipe pedagógica irá traçar estratégias para recompor as aprendizagens dos discentes da UE levando em consideração os conteúdos propostos das Reorganização Curricular.

13.6 CULTURA DE PAZ

Considerando o caderno Orientador de Convivência Escolar de Cultura e para o ano letivo de 2022:

Trata-se de proposta de atualização do caderno “Política de Promoção da Cidadania e Cultura da Paz: Definição, Encaminhamento e Prevenção”, publicado em 2008. O objetivo é disponibilizar um referencial informativo e formativo capaz de oferecer à comunidade escolar e à rede de proteção (educação, saúde, segurança, justiça, assistência social, cultura, outros), um compilado prático que alinha os conceitos ligados ao campo dos Direitos Humanos, da Cultura de Paz e da Mediação de Conflitos para uma ação educativa, integrada e interventiva.

Evidencia-se que a escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, para um convívio respeitoso entre pessoas diversas em suas cores, etnias, gêneros, orientação sexual, idades, condições socioeconômicas e religiosidades. Portanto, é capaz de contribuir para a garantia dos direitos humanos, no sentido de evitar as manifestações da violência e fomentar a construção da cultura da paz.

Nesse caminho, a escola deve ampliar o diálogo, o exercício da escuta e o protagonismo estudantil, com o intuito de que cada um(a) se comprometa com sua atuação, sendo parte de um processo coletivo para o alcance de uma Cultura de Paz.

A Unidade Educacional irá implementar as Propostas do Caderno Orientador em conjunto com as ações que constam no Plano de Ação do serviço de orientação educacional com a participação de toda comunidade escolar com o intuito de promover e ampliar o diálogo sobre a Cultura de Paz.

13.7 SALA DE RECURSOS

Educação Inclusiva

Instrumento complementar do processo de ensino para as aprendizagens junto aos alunos diagnosticados como portadores de necessidades educacionais, assegurado pela Constituição Federal de 1988, o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado. Esse direito também está assegurado na LDBEN- Lei nº 9.394/96, Do Direito à Educação e do Dever de Educar em seu



Art. 4º que faz saber:

"O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...] III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;"

No parecer do CNE/CEB nº 17/01, na Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, na lei nº 10.436/02 e no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Tem por objetivo garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com Necessidades Educacionais Especiais. Podendo ser em uma Sala de Recursos Multifuncionais, ou seja, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

A sala de recursos oferece atendimento paralelo ao horário das classes comuns, constituindo-se como espaço de investigação e compreensão dos processos cognitivos, sociais e emocionais, visando a superação das dificuldades de aprendizagem e o desenvolvimento de diferentes possibilidades dos sujeitos.

O atendimento na sala de recursos pode ser individualizado ou em pequenos grupos, os alunos trabalham com materiais e recursos pedagógicos através de um atendimento diferenciado. O professor da sala de recursos atua juntamente com os professores regentes das classes comuns, auxiliando nas dificuldades apresentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais, fazendo a adequação curricular, inserindo assim os alunos no contexto escolar de aprendizagem. Promovendo condições de inclusão desses alunos em todas as atividades da escola, orientando as famílias para o seu envolvimento e participação no processo educacional.

14. **PROJETOS E EVENTOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR**

Avaliação Diagnóstica

Objetivo: obter informações sobre os conhecimentos, aptidões e competências dos estudantes com vista à organização dos processos de ensino e aprendizagem de acordo com as situações.

As avaliações são produzidas em conjunto (professores, direção e coordenação) e aplicadas pelo professor regente no início do ano letivo para seu pleno desenvolvimento.

Projeto Hora Cívica – Civismo com Cidadania (temporariamente suspenso)

Objetivo: Resgatar o amor e o respeito pelos símbolos nacionais, possibilitando ao educando uma formação integral, resgatando valores, encaminhando-os para a construção de um mundo melhor e mais justo.

Nos primeiros dias do ano letivo os professores (re)apresentam os símbolos nacionais aos alunos e após a conclusão do conteúdo todas as segundas-feiras no início da aula, na quadra da escola os alunos entoam o hino nacional diante da Bandeira do Brasil.

Projeto de Leitura - "O JK Lê"

Objetivo Geral:

Motivar e estimular o educando ao exercício da leitura como algo agradável, prazeroso e fundamental para o seu pleno desenvolvimento, bem como proporcionar uma relação mais livre e pessoal com as mais variadas modalidades textuais.

Objetivos Específicos:

- Aguçar o prazer pela leitura;
- Trabalhar a leitura de forma lúdica e colorida;
- Organizar ideias e pensamentos por meio da leitura visual;
- Possibilitar produções orais e escritas;
- Promover o acesso aos diversos gêneros textuais;
- Ampliar o vocabulário;
- Trabalhar a intertextualidade;
- Democratizar o acesso ao livro;
- Realizar atividades de incentivo a leitura;
- Ser apoio para a função educativa;
- Despertar o interesse pelas várias formas de leitura, tanto aquela necessária à inserção no mundo do trabalho quanto a realizada por prazer;
- Desenvolver estratégias de leitura/produção de textos;
- Orientar o usuário para a importância da manutenção e conservação do material bibliográfico;
- Tornar a relação escola - comunidade mais prazerosa, reservando às famílias a leitura compartilhada;

Metodologia:

Por meio do reconto, realizar a abertura deste projeto de forma lúdica e prazerosa, bem como, organizar sala temática, com oficina literária, para que as turmas, de forma orientada, possa visitá-la; Utilizar-se de filmes e músicas para atrair a atenção do aluno e despertar o gosto pela leitura, enfatizando o aspecto lúdico do Projeto; Por meio dos Gêneros textuais, fazer uso de literatura que contemple os valores e a diversidade, inerentes ao ser social; fazer uso de livros/gêneros para abordar o tema, com exploração em sala e sequência didática, de forma interdisciplinar, com foco na leitura e produção escrita; Por meio da leitura em sala, utilizando-se do acervo escolar, jornais, gibis, encartes entre outros, aplicar fichas de textos com os gêneros adotados; Realizar empréstimo de livros, do acervo institucional, para promoção da leitura orientada, em casa, com foco na produção escrita; Adquirir, por meio de recursos destinados à Instituição de Ensino, acervo literário que contemple o aludido projeto, garantindo quantitativo essencial para promoção do objetivo deste; Através das trocas de livros, de caráter inter e entre salas, oportunizar aos alunos o máximo de títulos possíveis, contemplando sempre a qualificação da leitura e da escrita.

Utilizar-se dos mais variados métodos para ampliar o acesso ao acervo literário, como maleta da leitura, bolsa literária, baú literário, e outras sugestões que forem surgindo durante a realização do projeto.

Utilizar-se do Carrinho Literário como alternativa à falta de Biblioteca e que contemple a leitura em casa. Assim, a Equipe Gestora, com o apoio da Equipe de Professores e demais servidores, disponibilizará por meio deste, livros aos alunos do 1º ao 5º ano, numa tentativa clara de estimular a leitura individual e coletiva, haja vista que o ato pode ser compartilhado em família, tornando a leitura algo prazeroso, uma vez que o aluno lê o que escolhe. O servidor responsável vai até a sala dos professores e oferta o material disponível. Após o aluno escolher o livro, o professor toma nota do título e do aluno para que o responsável recolha posteriormente, auxiliando no controle do material;

Disponibilizar Sala de Leitura, como espaço adequado e estruturado para implementação do Projeto de Leitura – JK Lê.

Projeto Reforço Escolar

Objetivos:

- Estimular o aluno a localizar os erros;
- Permitir ao aluno que compreenda o seu potencial;
- Criar condições favoráveis que levem os alunos a aproximar-se mais do

conhecimento;

- Criar técnicas, métodos e procedimentos para trabalhar as atividades, as quais os alunos apresentam dificuldades;
- Estimular o aluno a solucionar suas dúvidas, proporcionando um conhecimento amplo sobre o assunto estudado.

Os alunos são atendidos no horário contrário ao de regência pelo próprio professor regente da turma.

Projeto Interventivo:

Objetivo: promover através do reagrupamento extraclasse, concepções e práticas pedagógicas que oportunizem um ambiente dinâmico de aprendizagem e que atenda aos alunos em suas dificuldades específicas.

Desenvolvido e aplicado pela equipe de Coordenadores Pedagógicos da Instituição, que após a avaliação diagnóstica do professor regente, atende 1(uma) vez por semana os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem. Além de atividades impressas específicas para o aluno e de acordo com seu nível de aprendizagem promovendo a recuperação contínua desses estudantes.

Festa Julina

Objetivos: Favorecer a criança quanto à ampliação de seu universo linguístico, pois a festa junina se constitui uma matemática rica onde podem ser explorados diversos tipos de linguagens, possibilitando a criança de conhecer sobre as festas tradicionais do Brasil, seus símbolos, pratos típicos, trajes, músicas e danças. Estabelecer entre o modo de vida característico do seu grupo social e de outros grupos.

O projeto é desenvolvido por todos os sujeitos da Unidade Escolar e conta na sua culminância com a participação de toda a comunidade local, quando se realiza a Festa Junina com venda de comida típicas, apresentações preparadas por professores e alunos, bem como sorteio de brindes e brincadeiras.

Semana da Inclusão

Objetivo: Em detrimento do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (Lei

Federal nº 11.133/2005) realizamos a Semana da Inclusão, onde são desenvolvidas atividades voltadas para a importância inclusão que não se restringe ao aluno com deficiência ou aquelas com necessidades educacionais especiais, mas atinge todo aluno, em sua diversidade de habilidades e dificuldades. A diversidade humana requer intervenções educacionais individualizadas.

O projeto é conduzido pelo professor da Sala de Recursos com o auxílio de toda a equipe pedagógica e diretiva da Unidade de Ensino e culmina com a produção de uma camiseta comemorativa, formada com frase e desenho produzido pelos próprios alunos, a partir de um concurso de desenho.

Semana da Criança

Objetivo: Contribuir para o crescimento emocional e social dos alunos, proporcionando momentos de aprendizagem agregados ao lazer dentro do ambiente escolar.

Desenvolvido pela equipe de Coordenadores Pedagógicos da Instituição em conjunto com o grupo de docentes e equipe de direção. Durante a semana será realizada uma gincana lúdica resgatando várias brincadeiras antigas da nossa cultura promovendo a interação entre os estudantes além de estimular a coordenação motora, raciocínio dos alunos e cooperação em grupo.

Semana da Consciência Negra:

Objetivo: aprender e promover o respeito à diversidade, levando em conta a obrigatoriedade da oferta do ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileiras pela Lei 10.639/2003. Além disso, o currículo em movimento é mensurado sobre três eixos: cidadania e educação em/e para os direitos humanos; educação para a diversidade e educação para a sustentabilidade.

Valorizar a cultura negra e seu afro descendente; promover a reflexão e resgate da identidade negra; reconhecer alimentos, receitas, e objetos de origem africana; construir conhecimentos, sobre as tradições, crenças e maneiras de vestir-se, além de promover através da conscientização o combate ao preconceito e racismo. Desenvolvido pela equipe de Coordenadores Pedagógicos da Instituição em conjunto com o grupo de docentes e equipe de direção, através de uma semana lúdica, com o desenvolvimento de atividades diárias sobre o tema proposto, tendo como culminância, a realização do desfile da Beleza Negra.

15 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O processo de gestão democrática do Centro de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek é feito pela Direção da escola, apoiada pelo Conselho Escolar e parcerias com empresas públicas e privadas. Conta também com a comunidade para a prestação de serviços voluntários de assistência à educação. Essa integração é fundamental para a consolidação dos processos de parceria e ensino- aprendizagem.

O objetivo dessa descentralização de tarefas é fazer uma escola funcional, eficiente, que seja capaz de criar um ambiente de trabalho prazeroso para todos os servidores da educação, professores e auxiliares, gerando a satisfação da comunidade que passa a ver a escola como um lugar de oportunidades para si e para seu filho e oferecendo uma educação de qualidade para todos os seus estudantes, ou seja, uma escola para e pelo aluno.

A escola assume o seu compromisso junto à família pela educação da criança e dos jovens, entretanto, a família não pode ser alheia ao seu papel.

No Plano de Ação temos como meta a ser atingida a conscientização da participação dos pais na vida escolar dos filhos.

O Centro de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek almeja princípios e diretrizes contextualizadas no sentido de garantir a participação da Comunidade na construção da prática pedagógica possível e de qualidade por isso sempre que possível proporcionaremos atividades de encontro e reflexão acerca dos direitos e deveres dos pais além de fomentar o diálogo e o debate sobre os valores que regem as pessoas e dos limites necessários ao bom desenvolvimento do indivíduo.

A sociedade atual espera uma educação que assegure a aprendizagem significativa, voltada à formação de cidadãos críticos e participativos com o intuito de garantir essa aprendizagem. Portanto, buscaremos o diálogo constante com as famílias sobre assuntos referentes à educação dos alunos, às estruturas familiares e ao compromisso social.

15.1 GESTÃO FINANCEIRA-ADMINISTRATIVA



Considerando o Art. 5º do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL,

"A Gestão Democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da unidade escolar no sistema e o caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios:

[...] I. Participação da comunidade escolar na definição, na implementação e no acompanhamento de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e participação na eleição de Diretor e Vice-Diretor da unidade escolar;

A Gestão Administrativa é feita pelo Diretor da Instituição auxiliado pelo Vice- Diretor, o Conselho Escolar e a APM, no que tange ao emprego e prestação de contas dos recursos financeiros.

A Gestão de Recursos visa sanar os problemas oriundos da falta de pessoal - recursos humanos, melhor utilização de espaços, máquinas e equipamentos – recursos físicos e captação de verba para a realização de obras, pagamento de mão-de-obra e aquisição de material – recursos financeiros.

Os recursos financeiros do “CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKEK” provêm das verbas do PDDE (temporariamente suspenso) e PDAF. O PDAF é a principal verba desta Instituição de Ensino, pois custeia o gás de cozinha, material pedagógico, material de uso na secretaria, na estrutura física, bens permanentes e tributos inerentes a sua aplicação. Vale ressaltar que, o processo de prestação de contas ocorre a cada 6 (seis) meses.



17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 14ª Ed - Brasília, 2017. 49 páginas.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 6ª Ed – Brasília, 2015. 126 páginas.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento do Distrito Federal**, 2ª Ed – Brasília, 2018. 312 páginas.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno Orientador Convivência Escolar e Cultura de Paz**, 1ª Ed – Brasília, 2020. 116 páginas.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Guia Teórico da X Plenarinha: Criança arteira faça arte faça parte**, 10ª Ed – Brasília, 2022. 120 páginas.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Guia Alimentação na educação infantil: mais que cuidar, educar, brincar e interagir**, Brasília, 2022. 164 páginas.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Guia Prático Organização Escolar em Ciclo para as Aprendizagens**, Brasília, 2021. 32 páginas.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Organização Curricular Ensino Fundamental 2º Ciclo**, 1ª Ed – Brasília, 2022. 78 páginas.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**, 1ª. Ed – Brasília, 2009. 190 páginas.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Político Pedagógico - Professor Carlos Mota**, 1ª Ed - Brasília, 2012. 147 páginas.

NOVA ESCOLA, edição especial, **Parâmetros Curriculares Nacionais – fáceis de entender**, ed. Abril, p. 65 e 66.

NOVA GESTÃO. Coordenação Pedagógica. Disponível em:
<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1756/descubra-seu-perfil-de-coordenador>.



VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000.